



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 –Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.



À Presidência.

Processo nº 11/2025

**PARECER JURÍDICO – RECURSO EM RELAÇÃO
AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS – DISPENSA
ELETRÔNICA – ALEGAÇÃO DE INDÍCIOS DE
UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE LANCES
AUTOMÁTICOS – ROBÔS – LANCE ÚNICO -
AUSÊNCIA DE PROVAS CAPAZES DE SUBSIDIAR
AS ALEGAÇÕES.**

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA

Trata-se de solicitação de parecer, formulada pelo Departamento de Compras, acerca de recurso interposto quando do julgamento das propostas no Processo Administrativo nº 11/2025, que se trata de dispensa eletrônica, cujo objeto é a contratação de empresa prestadora de serviços técnicos especializados, pelo prazo de 12 (doze) meses, para realização de manutenção preventiva periódica e corretiva sob demanda com fornecimento de peças para a AUTOCLAVE da marca BAUMER, modelo HI SPEED com capacidade de 100 litros com apresentação térmica atual e de certificadores de calibração, com elaboração de laudos técnicos do equipamento, instrumento e materiais necessários à execução adequada dos serviços, com substituição das peças e acessórios do equipamento caso seja necessário, mediante dispensa de licitação.



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 – Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.



Faz-se necessário apontar que a presente manifestação jurídica tem por objetivo auxiliar a autoridade assessorada na elaboração de sua decisão (artigo 168, parágrafo único da lei 14.133/2021).

Esclarece-se não ser função do Departamento Jurídico auditar a competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados.

Pois bem.

Discute-se nas razões recursais apresentada por empresa interessada em processo de contratação direta por dispensa de licitação eletrônica, realizada através do compras.gov.br, alegando em síntese que a empresa vencedora (que apresentou a melhor proposta/lance) teria indícios de utilização de sistema automatizado - “robô”, para apresentar lance automático, alegando que tal medida fere os princípios da isonomia, da lealdade, da legalidade e da ampla competitividade do certame.

Em sede de recurso, o recorrente alega por entender haver um forte indício de uso de sistema automatizado (robô), diante do intervalo de apenas 1 (um) segundo entre os lances, como também o valor do lance do vencedor representar uma diferença exata de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), ultrapassando de forma milimétrica o intervalo mínimo obrigatório entre lances, que no presente caso era de R\$ 266,2532 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Além das razões recursais, o recorrente apresentou um “reforço ao recurso”, apontando que o vencedor não apresentou contrarrazões a sua impugnação, entendendo que a empresa se manteve inerte. E por este motivo, pede novamente a desclassificação da empresa acrescentando o motivo da ausência de contrarrazões no prazo legal.

Não obstante as alegações das supostas irregularidades, são necessárias provas concretas que as sustentem. A simples suspeita ou afirmação desacompanhada de evidências não é suficiente para ensejar a invalidação de um contrato ou a anulação de atos praticados no processo de contratação.



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 – Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.



Como cediço, não há previsão legal da presunção relativa da veracidade das alegações pela não apresentação de contrarrazões recursais.

Em relação ao ventilado, verifica-se que INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, prevê em seu artigo 9º que:

Art. 9º Quando do cadastramento da proposta, na forma do art. 8º, o fornecedor poderá parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

I - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

II - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I.

§ 1º O valor final mínimo de que trata o **caput** poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

§ 2º O valor mínimo parametrizado na forma do **caput** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade contratante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 – Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.



Conforme se denota da mencionada IN, é prevista a tecnologia usada para a parametrização de lances, o que significa que a própria Administração Pública começou a incorporar a tecnologia em seu favor durante certames licitatórios, modernizando-os.

Ademais, conforme se verifica dos autos, houve somente uma oferta de lance de ambas as partes e com intervalo maior que o mínimo que fora solicitado em edital (R\$ 266,2532).

Diante da ausência de regulamentação da matéria (legislação específica) e da possibilidade da utilização de tal recurso pela mencionada IN e disponibilizada pelo sistema, bem como pela ausência de provas da utilização de métodos ilegais, manifesta-se pela improcedência do presente recurso

O presente parecer emitido é meramente opinativo e sua validade está condicionada à inexistência de rasuras, bem como à presença das assinaturas em todas as páginas.

É o entendimento, S.M.J.

Pedreira, 09 de abril de 2025.

Camila Roveri Pires Breda

Assessora Jurídica

Fernando Augusto Policarpo

Assessor Jurídico